

Aspectos recentes da inovação na economia portuguesa

José Manuel Rolo

I

Um dos aspectos mais dramáticos das dificuldades com que a economia portuguesa se vem debatendo, é a incapacidade evidenciada pelo seu aparelho produtivo para corresponder às solicitações crescentes do mercado interno e às exigências cada vez mais sofisticadas do mercado internacional.

Tal facto deve-se fundamentalmente a distorções de longa data e de natureza variada que impediram que esse aparelho produtivo beneficiasse dos sucessivos processos de modernização que a seu tempo ocorreram na grande maioria dos países europeus.

Sem o apoio de uma política científica e tecnológica verdadeiramente digna desse nome, e inscrita num clima empresarial reconhecimento retrógrado, a inovação ainda hoje não atingiu muitos sectores da economia portuguesa, não se tendo igualmente incorporado como devia noutros sectores que, de algum modo, se têm mostrado mais abertos aos seus efeitos dinamizadores. Do mesmo modo, a inovação está longe de alastrar aos sectores mais modernos que são vitais para o desenvolvimento das economias contemporâneas.

II

O esforço inovador de uma economia deve medir-se, em rigor, pelo valor dos recursos que são afectos, periodicamente, à modernização do seu aparelho produtivo.

Em sentido amplo, esse esforço engloba tanto os investimentos em infra-estruturas, instalações, equipamentos e máquinas, como as despesas efectuadas com a aquisição, adaptação e difusão de tecnologias estrangeiras, com a produção e difusão de tecnologias nacionais e com a reciclagem, o recrutamento e a formação de mão-de-obra especializada.

Na perspectiva mais restrita das tecnologias incorpóreas, quer se trate de tecnologias estrangeiras assimiladas pelo canal das transferências de tecnologia, quer se trate de tecnologias nacionais derivadas das actividades de Investigação & Desenvolvimento (I&D) nacionais, estudos recentes evidenciam um sem número de insuficiências e deficiências que são outros tantos sintomas da pouca atenção que tem sido concedida no nosso país, ao problema vital da modernização do aparelho produtivo. Desses estudos é possível concluir que:

- a) o valor total dos recursos afectos a actividades de inovação, seja pela via das transferências de tecnologia, seja pela via da I&D nacional, é muito reduzido não indo além de uns modestos 0,69% do PIB;
- b) ao nível empresarial, o valor dos recursos afectos à inovação pela via das transferências de tecnologia é muito superior ao valor dos recursos afectos à inovação pela via das transferências de tecnologia é muito superior ao valor dos recursos afectos à inovação pela via de I&D nacional;
- c) por seu turno, mais de três quartos do esforço inovador total situa-se na indústria transformadora e, aí, o peso das tecnologias estrangeiras relativamente às tecnologias nacionais continua a ser superior a três quartos;
- d) as empresas com capital estrangeiro maioritário, nomeadamente as filiais de empresas multinacionais, despendem mais de metade dos recursos afectos à compra de tecnologias estrangeiras, limitando-se as empresas com capital exclusivamente nacional a despendem cerca de um terço desses recursos;
- e) cerca de três quartos das despesas com I&D são efectuadas por empresas com capital exclusivamente nacional havendo fortes indícios que se trata de despesas com a simples adaptação da tecnologia estrangeira por elas adquirida, às condições locais de produção;
- f) a inovação baseada em recursos exclusivamente nacionais é praticamente insignificante não indo além de 15% das despesas com I&D;
- g) o valor dos recursos afectos à aquisição de tecnologia estrangeira e à produção de I&D nacional distribui-se por um pequeno número de sectores;

Em resumo, pode dizer-se que Portugal, a exemplo do que se passa em inúmeros países em vias de desenvolvimento e até em alguns países desenvolvidos, faz assentar o seu esforço inovador na aquisição de tecnologia estrangeira podendo, portanto, dizer-se que

a *inovação* em Portugal tem uma natureza eminentemente *dependente*. Este traço de dependência agrava-se se tivermos em conta que mais de metade desse esforço inovador dependente é realizado por filiais de empresas multinacionais.

Observa-se, igualmente, um esforço inovador canalizado através da I&D nacional que, em grande medida, contudo, parece estar apenas cumprindo um dos seus grandes papéis que é a adequação da tecnologia estrangeira às condições locais de produção, faltando-lhe prosseguir outras actividades que permitam fazer alastrar a outras áreas do aparelho produtivo os benefícios contidos na tecnologia que se importa. Conclui-se, assim, que a *inovação acrescentada* apesar de alcançar níveis apreciáveis não atinge os objectivos que dela seria legítimo esperar, tomando-se urgente a sua dinamização.

A produção e aplicação de tecnologia baseada em recursos exclusivamente nacionais é de tal modo reduzida que se pode concluir que a *inovação autónoma* é insignificante.

Acresce a tudo isto que o esforço inovador se concentra num número reduzido de sectores podendo até afirmar-se que, em cada sector, é reduzido o número de empresas que concedem à inovação a importância que todas as empresas lhe deviam conceder.

Se se disser que o grosso do esforço inovador na perspectiva aqui adoptada se concentra numa escassa dúzia de empresas não andaremos muito longe da realidade. É, aliás, a uma conclusão deste tipo que chega um estudo recentemente divulgado entre nós quando a certa altura afirma:

«Nearly 50 percent of the interviewed firms belong to the category of importers and assimilators and an additional 30 percent can be classified as minor technology modifiers. Of the major technology (21 percent) only 6,5 percent can be described as innovative in the sense that they have introduced new products (also developed , elsewhere) into the Portuguese market for the first time» (cfr. ref. 4).

III

A necessidade de resolver muitos problemas que se põem presentemente à economia portuguesa, nomeadamente a necessidade premente de eliminar a sua tendência estrutural para produzir *deficits* com o exterior, obriga a uma modernização do aparelho produtivo nacional que só pode ser conseguido através da introdução de doses maciças de inovação.

Partindo do princípio que o potencial inovador da economia portuguesa não pode, de um momento para o outro, deixar de se apoiar nas tecnologias estrangeiras é possível deduzir que, *a curto prazo*, se deve intensificar o esforço de aquisição de tecnologias estrangeiras a par da introdução de melhorias sensíveis no processo de escolha, avaliação, negociação e aquisição dessas tecnologias.

A médio prazo, toma-se necessário intensificar até ao limite o esforço de adaptação e difusão das tecnologias estrangeiras que, em países com problemas de modernização dos respectivos aparelhos produtivos idênticos aos nossos, tem sido a maior das prioridades. Aqui é que reside o segredo da combinação óptima dos recursos científicos e tecnológicos e da capacidade empresarial nacionais, com vista a tirar o melhor partido das tecnologias estrangeiras.

A longo prazo trata-se de lançar e aperfeiçoar as bases de um sistema integrado de produção de tecnologias quer elas sejam de raiz estrangeira ou de raiz predominantemente nacional.

A prossecução dos objectivos enunciados de um modo tão geral e, aparentemente, tão desarticulado no tempo, tem pontos de convergência que derivam não só da natureza convergente das tarefas correspondentes, como também do importante facto, tantas vezes ignorado, que o curto, o médio e o longo prazos começam todos hoje.

E como não pode deixar de ser, esses objectivos só serão realmente alcançados se forem uma emanção de uma política científica e tecnológica que seja a um tempo, efectiva, congruente e integrada. Por esta razão é que se julga que a resolução dos problemas da modernização do aparelho produtivo da economia portuguesa só pode ser conseguida se, previamente, as autoridades responsáveis souberem elaborar e pôr em prática um verdadeiro Plano Integrado de Desenvolvimento Tecnológico que preveja:

- objectivos claramente definidos para diferentes horizontes temporais;
 - prioridades cientificamente determinadas com base em critérios objectivos de análise da economia e do sistema científico e tecnológico nacional;
 - recursos abundantes cuja rentabilidade não pode ser medida nos moldes tradicionais;
- instituições correctamente localizadas, responsáveis e realmente empenhadas em resolver os problemas do desenvolvimento tecnológico com vantagem para a economia portuguesa.

REFERÊNCIAS

- 1) F. Gonçalves J. A. Carvalho J. M. G. Graça, *O esforço inovador na indústria transformadora nacional*, JNICT, Lisboa, 1983.
- 2) ÍNICT, *Inovação e indústria portuguesa*, contribuição da JNICT para o Workshop da OCDE sobre Inovação, Dubrovnik, Setembro 1983.
- 3) JNICT, *Recursos de ciência e tecnologia - Portuga1980*, Lisboa, 1983.
- 4) LNETIIMIT, *Technological development in portuguese industry*, Lisboa, 1983.
- 5) J. M. Rolo, *Política científica e técnica, especialização tecnológica e inovação (...)*. *Análise Social*, n.º 58, Lisboa, 1979.